



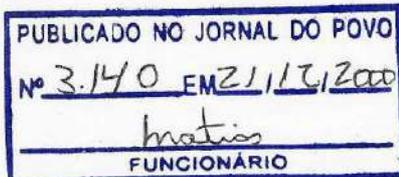
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

PAÇO MUNICIPAL

C.G.C. 78.200.482/0001-10

(E-mail) prefeitura-sarandi@wnet.com.br

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - Cx. P. 71 - Fone/Fax: (0xx44) 264-2777
CEP 87111-230 Sarandi Paraná



LEI Nº 899/00

SÚMULA: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2001 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, aprovou e eu, JULIO BIFON, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º - Ficam estabelecidas nos termos desta Lei, as metas e prioridades da administração pública municipal, para a elaboração do Orçamento Geral para o Exercício Financeiro de 2001, objetivando ainda, o equilíbrio entre receitas e despesas; estabelecimento de critérios e formas de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso II do parag. 1º do art. 31 da Lei Complementar n. 101, e normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.

CAPITULO II DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Art. 2º - De conformidade com as normas constitucionais, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2001 são as especificadas no Anexo que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2001.

CAPITULO III DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - A elaboração do Projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2001 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de metas Fiscais que integra a presente Lei.

B



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

PAÇO MUNICIPAL

C.G.C. 78.200.482/0001-10

(E-mail) prefeitura-sarandi@wnet.com.br

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - Cx. P. 71 - Fone/Fax: (0xx44) 264-2777
CEP 87111-230 Sarandi Paraná



Art. 4º - Na estimativa da Receita serão considerados os efeitos da inflação, bem como as informações sobre a participação do Município nas Receitas Estaduais e Federais.

Art. 5º - As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município, terão suas fontes de origem revisadas e atualizadas, periodicamente, considerando os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar às suas respectivas produtividades e rendimentos.

Art. 6º - A manutenção das atividades, assim como, a conservação e recuperação dos bens públicos, terão prioridades sobre as ações de expansão e novas obras.

Art. 7º - Os projetos em fase de execução terão preferências sobre novos projetos, salvo em caso emergencial que contrarie a segurança.

Art. 8º - O Poder Executivo até 30(trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2001, deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 9º - Entende-se como despesas irrelevantes, para fins do paragr. 3º do art. 16 da LC 101, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei n. 8.666/93.

Art. 10 - A proposta orçamentaria para 2.001, conterà reserva de Contingência em montante equivalente a no máximo 2% (dois) por cento da Receita corrente Líquida, assim como contemplará resultados primário e nominal de conformidade com o estabelecido no Anexo de Metas Fiscais.

Parágrafo único - A reserva de contingência prevista no caput será destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Anexo de Riscos fiscais.

Art. 11 - A proposta orçamentária do Poder Legislativo comporá o Orçamento Geral do Município de forma integralizada, obedecido o prazo legal.

Art. 12 - Na elaboração do Orçamento Geral do Município, serão observadas as diretrizes específicas de que trata esta Lei.

3



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

PAÇO MUNICIPAL

C.G.C. 78.200.482/0001-10

(E-mail) prefeitura-sarandi@wnet.com.br

Rua José Emilianio de Gusmão, 565 - Cx. P. 71 - Fone/Fax: (0xx44) 264-2777
CEP 87111-230 Sarandi Paraná



Art. 13 – As despesas total com pessoal ficam limitados em 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, atendendo ao disposto na Legislação Federal, com o seguinte desdobramento:

6%(seis por cento) para o Legislativo
54%(cinquenta e quatro por cento) para o executivo.

Art. 14 – As despesas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino, atenderá o que estabelece o artigo 212 da Constituição Federal e Emenda Constitucional nº 14/96.

Art. 15 – Serão assegurados no Orçamento Geral, recursos necessários à amortização da Dívida Fundada Interna, bem como das Dívidas confessadas e precatórios.

Art. 16 – Os recursos ordinários do Tesoureiro Municipal, somente serão programados para atender despesas de capital, após atendidas as despesas com pessoal e encargos previdenciários, amortização e encargos da dívida interna, dívidas confessadas e outras de custeio administrativo e operacional, bem como a contrapartida financeira decorrente de convênios aprovados por Lei Municipal.

CAPITULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário ou nominal previsto, será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de PROJETOS, ATIVIDADES e OPERAÇÕES ESPECIAIS e calculada de forma proporcional à participação dos Poderes Executivo e Legislativo em cada um dos conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

Parágrafo único - O Poder executivo comunicará ao Legislativo, acompanhado da memória de cálculo, das premissas, dos parâmetros e da justificativa do ato, o montante que deverá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 18 O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

8



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

PAÇO MUNICIPAL

C.G.C. 78.200.482/0001-10

(E-mail) prefeitura-sarandi@wnet.com.br

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - Cx. P. 71 - Fone/Fax: (0xx44) 264-2777
CEP 87111-230 Sarandi Paraná



Art. 19 – Não se admitirão emendas ao Projeto de Lei Orçamentário, que vise conceder dotação para instalação ou funcionamento de órgão que não esteja legalmente constituído.

Art. 20 - O Orçamento Programa para o exercício de 2.001, poderá conter autorização para abertura de crédito adicional suplementar até o limite de 15% (quinze por cento), utilizando como recursos os previstos no art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 21 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, 12 de dezembro de 2000.


JULIO BIFON
Prefeito Municipal



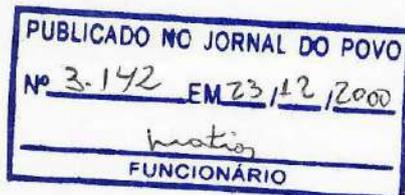
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

PAÇO MUNICIPAL

C.G.C. 78.200.482/0001-10

(E-mail) prefeitura-sarandi@wnet.com.br

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - Cx. P. 71 - Fone/Fax: (0xx44) 264-2777
CEP 87111-230 Sarandi Paraná



Lei 899/2000

ANEXO DE METAS FISCAIS

Metas e Resultados Fiscais

(art. 4º paragr. 1º da LC 101/00)

DISCRIMINAÇÃO	LEI 1998	REALIZ. 1998	LEI 1999	REALIZ. 1999	LEI 2000
I. Receita Total	26.967.000,00	16.682.733,80	26.752.000,00	19.245.868,82	26.059.000,00
II. Despesa Total	26.967.000,00	17.619.781,69	26.752.000,00	19.868.491,51	26.059.000,00
III. Resultado Primario	-	(-) 573.912,27	-	(-) 1.494.457,51	-
IV. Resultado Nominal	-	(-) 937.047,89	-	(-) 622.622,69	-
V. Divida Pública	-	835.313,01	-	805.072,93	850.000,00

ANEXO DE METAS FISCAIS

PATRIMÔNIO LIQUIDO DO MUNICÍPIO

(art. 4º paragr. 2º Inciso III da LC 101/00)

ATIVO REAL LIQUIDO	1.997	1.998	1.999
-Saldo em 31.12. do Exerc. Anterior		11.801.965,09	13.552.663,77
-Superávit do exercício		1.750.668,68	947.950,83
-Total no Exercício	11.802.965,09	13.552.663,77	14.500.584,60
-Alienação de Bens		43.450,00	179.800,00

QUANTO AS ALIENAÇÕES OCORRIDAS CONFORME DEMONSTRADO, OS VALORES DECORRENTES FORAM INCORPORADOS À RECEITA E APLICADOS NOMALMENTE NAS DESPESAS MUNICIPAIS, UMA VÊZ QUE NÃO HAVIA LEGISLAÇÃO REGULAMENTADORA, COMO FEZ A LEI Nº 101/2.000.

JULIO BIFON
Prefeito Municipal

Marcos Antonio Rocco
CO. CRC/PR 11.453



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

PAÇO MUNICIPAL

C.G.C. 78.200.482/0001-10

(E-mail) prefeitura-sarandi@wnet.com.br

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - Cx. P. 71 - Fone/Fax: (0xx44) 264-2777
CEP 87111-230 Sarandi Paraná



PUBLICADO NO JORNAL DO POVO

Nº 3.142 EM 23/12/2000

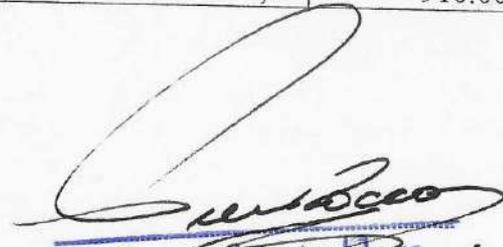
matias
FUNCIONÁRIO

Lei 899/2000

ANEXO DE METAS FISCAIS Metas e Projeções Fiscais (art. 4º paragr. 1º da LC 101/00)

DISCRIMINAÇÃO	2.001	2.002	2.003
I. Receita Total	22.259.000,00	23.594.000,00	25.000.000,00
II. Despesa Total	21.859.000,00	23.170.000,00	24.560.000,00
III. Resultado Primario	830.000,00	880.000,00	933.000,00
IV. Resultado Nominal	400.000,00	424.000,00	452.000,00
V. Divida Pública	810.000,00	860.000,00	910.000,00


JULIO BIFON
Prefeito Municipal


Marcos Antonio Bentes
CO. 200/PR 11.453



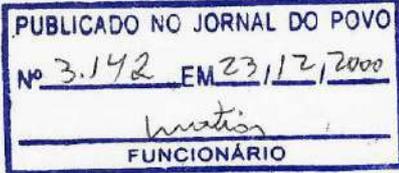
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

PAÇO MUNICIPAL

C.G.C. 78.200.482/0001-10

(E-mail) prefeitura-sarandi@wnet.com.br

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - Cx. P. 71 - Fone/Fax: (0xx44) 264-2777
CEP 87111-230 Sarandi Paraná



Lei 899/2000

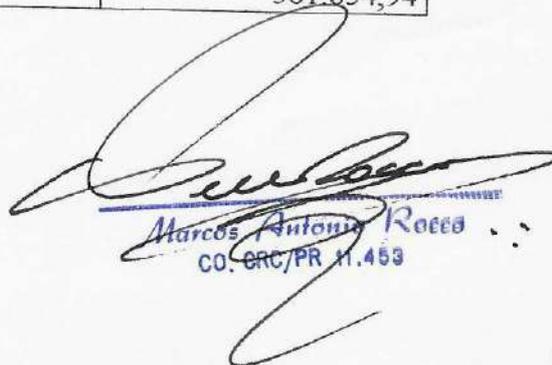
ANEXO DE METAS FISCAIS Estimativa da Renúncia de Receitas (art. 4º paragr. 2º V da LC 101/00)

Como critério para o cálculo do impacto financeiro da renúncia fiscal foi considerado as disposições da Legislação específica, sendo que como estas renúncias já estavam sendo praticadas no momento da entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF, não ocasionou nenhum impacto nas metas fiscais estabelecidas para o Orçamento.

A renúncia fiscal para o exercício de 2.001, apresenta a seguinte composição:

BASE LEGAL	TRIBUTO	VALOR
Lei 077/83	IPTU	43.000,00
Lei 707/97	IPTU	216.153,53
Lei 655/96	IPTU/TAXAS/ISS	73.201,41
Lei 077/83	ISS/LICENÇA	5.700,00
Lei 591/94	TAXA LICENÇA	300,00
Lei 497/92	CONTR. MELHORIA	5.000,00
Lei 771/98 e 527/93	ITBI	35.000,00
LOM/Art. 70	ITBI	1.000,00
Lei 848/99	TX SEPULT./TERRENO	2.500,00
	TOTAL	381.854,94


JULIO BIFON
Prefeito Municipal


Marcos Antonio Roese
CO. CRC/PR 11.453